

Revista
PRAIAVERMELHA
Estudos de Política e Teoria Social

v. 23 n. 2
Julho/Dezembro 2013
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 23	n. 2	p. 321-624	Jul/Dez 2013
------------------------	----------------	-------	------	------------	--------------

As Jornadas de Junho de 2013: balanço e perspectivas

Valerio Arcary

RESUMO

A partir do dia 17 de junho aconteceu uma inflexão importante da situação política no Brasil. Nas Jornadas de Junho centenas de milhares de jovens invadiram as ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Na dimensão nacional, pelo menos algo próximo a dois milhões de pessoas saíram às ruas em quatrocentas cidades. Estavam votando com os pés. As dimensões deste processo remetem à ideia de que uma situação pré-revolucionária ficou mais próxima. Como sempre na história, esta dinâmica pode ser interrompida. Pode ser contida, desviada, abortada. Ou pode prevalecer. O que aconteceu em Junho de 2013 será chave para compreender os resultados da eleição de 2014.

PALAVRAS-CHAVE

Jornadas de Junho.
Mobilizações progressivas.
Reivindicações democráticas
Três campos políticos.
Situação transitória.

Recebido em 09/01/14.

Aprovado em 22/07/14.

June Journeys (2013): evaluation and perspectives

In June 17 came a major turning of the political situation in Brazil. In June journeys hundreds of thousands of young people took to the streets of São Paulo and Rio de Janeiro. At a national scale, at least something close to two million people took to the streets in four hundred cities. They were voting with their feet. The dimensions of this process refer to the idea that a pre-revolutionary situation got closer. As always in history, this momentum can be stopped. Can be contained, or aborted. Or can prevail. What happened in June 2013 will be key to the understanding of the results of the 2014 election.

KEYWORDS June Journeys. Progressive mobilization. Democratic demands. Three political camps. Transitional situation.

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 23	n. 2	p. 357 - 375	Jul/Dez 2013
------------------------	----------------	-------	------	--------------	--------------

“Os camponeses estão votando com os pés”

Vladimir Ilitch Ulianov, aliás, Lenin, quando informado que os camponeses estavam desertando em massa do Exército Czarista na Primeira Guerra Mundial.

Em qualquer análise, respeitar o sentido das proporções é indispensável. Quando da interpretação de grandes acontecimentos, no calor da hora, existe sempre o duplo perigo de subestimação ou de sobre-estimação. A grande questão que desafia a compreensão das Jornadas de Junho, em uma análise marxista, é responder em que medida a relação social de forças entre as classes foi alterada. Estamos diante de uma nova realidade nacional? Abriu-se ou não uma nova situação?

Nosso argumento é que a partir do dia 17 de junho aconteceu uma inflexão importante da situação política no Brasil. Nas Jornadas de Junho centenas de milhares de jovens invadiram as ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Na dimensão nacional, pelo menos algo próximo a dois milhões de pessoas saíram às ruas em quatrocentas cidades. Estavam votando com os pés. As dimensões deste processo remetem à ideia de que uma situação revolucionária ficou mais próxima. Como sempre na história, esta dinâmica pode ser interrompida. Pode ser contida, desviada, abortada.¹ Ou pode prevalecer.

1 Uma revolução não se resume ao momento da insurreição. Uma revolução é um processo. É preciso lembrar, também, que o conceito de situação revolucionária é definido com muita frequência, ao mesmo tempo, de forma restrita ou imprecisa, e confundindo situação revolucionária e crise revolucionária. Para ser mais rigoroso, uma dupla confusão é muito comum: se esquece que uma situação revolucionária precede necessariamente uma insurreição e que, portanto, a abertura de uma situação revolucionária *não desemboca sempre na abertura de uma crise revolucionária*; e se esquece, também, que uma revolução se coloca em marcha antes de que estejam maduras todas as condições para a conquista do poder político. E que, portanto, *é precedida por uma situação pré-revolucionária*. Uma definição clássica de situação revolucionária é a que Lenin apresentou em *A falência da Segunda Internacional*, em que é introduzida, pela primeira

Uma sequência de quatro protestos de rua contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo, com alguns milhares de jovens, foi uma faísca. Reprimidos pela polícia com uma violência selvagem, detonaram uma reação surpreendente. Um conflito que parecia marginal deflagrou uma onda nacional de mobilizações que o país não conhecia há vinte anos. E isso aconteceu sem que qualquer grande aparelho político estivesse comprometido com a convocação. Os próprios manifestantes declararam espontaneamente, aos milhares, ao que vieram: *Não é por centavos!*

Esta luta por transportes, educação e saúde pública gratuita e de qualidade chocou, frontalmente, com o PT de Fernando Haddad na prefeitura de São Paulo e o PSDB de Alckmin. Sérgio Cabral e Eduardo Paes do PMDB nos governos do Rio não foram poupados. Em Recife o PSB de Eduardo Campos foi, igualmente, atingido. Depois a avalanche de mobilizações se alastrou na forma de um tsunami nacional. Muitas cidades viram as maiores passeatas de sua história. Em não poucas delas, mobilizações maiores que as que conheceram quando do Fora Collor de 1992. Algumas até maiores do que as Diretas em 1984.

O apoio ao governo Dilma, que era amplamente majoritário – mais de 65% – em menos de um mês, passou a ser minoritário: menos de 30%. A força social de choque destas mobilizações deixou as instituições do Estado, por quase uma semana, semiparalisadas. A classe dominante se dividia entre os que exigiam mais repressão, e aqueles que temiam uma completa

vez no debate marxista, uma diferenciação entre a hierarquia dos fatores objetivos e subjetivos. O protagonismo das massas é ressaltado *como condição sine qua non*, acima da profundidade dos elementos mais objetivos, como a gravidade da crise econômica ou de outra catástrofe: “Para um marxista, não há dúvida de que a revolução é impossível sem uma situação revolucionária, mas nem toda situação revolucionária conduz à revolução. Quais são, de maneira geral, os indícios de uma situação revolucionária? Estamos certos de não nos enganarmos se indicarmos os três principais pontos que seguem: 1) impossibilidade para as classes dominantes manterem sua dominação de forma inalterada; crise da “cúpula”, crise da política da classe dominante, o que cria uma fissura através da qual o descontentamento e a indignação das classes oprimidas abrem caminho. Para que a revolução estoure não basta, normalmente, que “a base não queira mais” viver como outrora, mas é necessário ainda que “a cúpula não o possa mais”; 2) agravamento, além do comum, da miséria e da angústia das classes oprimidas; 3) desenvolvimento acentuado, em virtude das razões indicadas acima, da atividade das massas, que se deixam, nos períodos “pacíficos”, saquear tranquilamente, mas que, em períodos agitados, são empurradas tanto pela crise no seu conjunto como pela própria “cúpula”, para uma ação histórica independente.”(grifo nosso) LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov, *A Falência da Segunda Internacional*, São Paulo, Kairos, 1979, p.27/8.

desmoralização política dos governos, caso a fúria policial descontrolada provocasse um ou mais mortos. O recuo no aumento das passagens não foi o bastante para retirar as massas das ruas durante alguns meses. Uma maioria dos setores médios deslocou-se para o apoio aos manifestantes. Por isso, faz sentido trabalhar com a hipótese de que pode ter sido aberta uma nova situação, de tipo transitório, ou mesmo pré-revolucionária. O que só poderá ser confirmado com o desenvolvimento futuro.²

Esta questão político-teórica é da maior gravidade. Expliquemo-nos. Esta inflexão pode ou não se manter, pode avançar ou retroceder. Ao longo dos próximos meses veremos mudanças de conjuntura, favoráveis ou desfavoráveis às lutas populares. Se, no entanto, a evolução da situação política a confirmar, estará aberta para os socialistas-revolucionários a possibilidade de uma disputa pela consciência de milhões de trabalhadores e jovens em condições imensamente mais favoráveis.

Esta luta pela consciência não é somente uma luta de ideias. Trata-se de um combate político contra a influência de aparelhos muito poderosos que,

2 Sobre os tempos da revolução existe uma ampla esfera de problemas em debate. Consideremos, em primeiro lugar, a questão da diferença entre as revoluções políticas e as revoluções sociais. Parece muito sensato que as diferenças entre elas não possam ser resumidas aos resultados distintos que produziram, e devamos *procurar o que as diferenciava, nas suas dinâmicas diferentes antes da conquista do poder*. As grandes revoluções políticas do século XX (que, por analogia com o processo russo, Trotsky denominou de Fevereiro), exigiram as duas condições chaves que Lenin fixou, tanto antes como depois de Outubro, para definir uma situação revolucionária: quando os de cima “não podem”, e quando os de baixo “não querem”. Mas Outubro foi uma revolução muito diferente da de Fevereiro e, portanto, é razoável concluir que a situação que a precedeu, foi também uma crise revolucionária muito diferente. Assim, parece ser necessário distinguir as diferenças entre a situação e a crise revolucionária de Fevereiro das de Outubro. Nesse caminho avançou a análise, por exemplo, de Nahuel Moreno. A seguir, uma citação sobre o que seria uma situação pré-revolucionária de Fevereiro. Impressiona como a sumária definição parece útil, como uma luva, para descrever o momento político no Brasil em junho de 2013: *“Essas situações revolucionárias de fevereiro são precedidas por situações pré-revolucionárias que poderíamos denominar de “pré-fevereiros”. Tais situações pré-revolucionárias ocorrem quando o regime burguês entra em crise e o povo rompe com ele, deixando-o sem nenhum apoio social. São pré-revolucionárias porque ainda não está colocado o problema do poder, mas as condições para que esteja colocado já estão maduras. Tornam-se revolucionárias quando as massas populares conseguem unificar seu ódio ao regime em uma grande mobilização unificada à escala nacional fazendo com que a crise do regime se torne total e absoluta.* (Grifo nosso.) MORENO, Nahuel. *As Revoluções do Século XX*, Brasília, Edição da Câmara dos Deputados, 1989, p.66.

durante os últimos trinta e cinco anos, foram se organizando em torno da direção lulista-petista. Trata-se de uma luta contra as ilusões reformistas e contra as esperanças na solução concertada dos conflitos preservando-se as instituições do regime democrático-presidencialista.³

3 O Estado burguês ou capitalista é compatível com os mais exdrúxulos regimes políticos, e pode assumir diferentes formas institucionais: ele conviveu, na sua origem, com monarquias absolutas, com monarquias parlamentares, com repúblicas com uma ou duas câmaras (uma assembléia de deputados, e um senado, por exemplo), com repúblicas com voto censitário ou com sufrágio universal, repúblicas presidencialistas ou semi-presidencialistas (em que o poder da presidência, unindo ao mesmo tempo as funções de chefe de Estado e de chefe de Governo é limitado por um congresso), com regimes bonapartistas, com repúblicas federalistas ou unitárias, com regimes de Apartheid, com regimes teocráticos, com ditaduras fascistas, ou com ditaduras militares, etc... As passagens de um regime a outro podem se dar por vias reformistas ou por vias revolucionárias (o que é o mesmo que dizer, dependendo do signo do processo, por vias reacionárias ou contra-revolucionárias). No nosso século, entretanto, de forma frequente, como uma regularidade histórica impressionante, *mesmo as mudanças de regime, que não afetam a natureza social do Estado, têm exigido revoluções políticas*. Isso expressa as estreitas margens de manobra da burguesia, mesmo para mudanças muito limitadas, uma das expressões de sua natureza histórica obsoleta. Para uma definição mais precisa da *crise revolucionária, como o momento no interior da situação revolucionária em que a luta pelo poder é possível*, podemos conferir o extrato que transcrevemos em seguida. Foi elaborado em 1920, como parte do esforço de generalização da experiência bolchevique de construção de um partido marxista-revolucionário, na polêmica contra as pressões esquerdistas que se abatiam, como uma avalanche, sobre uma boa parte das organizações constituídas depois de Outubro, com um muito tênue fio de continuidade com os partidos com influência de massas da Segunda Internacional. Merece ser observado que a formulação de Lênin se adequa mais à experiência da situação que a Rússia viveu em 1905 ou em Fevereiro de 1917, do que a situação prévia a Outubro. Nela não há referências por exemplo ao duplo poder “institucionalizado”, como forma mais orgânica da democracia direta da mobilização das massas, ou ao armamento das forças populares: *“A revolução é impossível sem uma crise nacional geral (que afete a explorados e exploradores). Por conseguinte, para que estoure a revolução é necessário, em primeiro lugar, conseguir que a maioria dos operários (ou, em todo caso, a maioria dos operários conscientes, reflexivos e politicamente ativos) compreenda a fundo a necessidade da revolução e esteja disposta a sacrificar a vida por ela; em segundo lugar, é preciso que as classes dirigentes sofram uma crise governamental que arraste à política inclusive as massas mais atrasadas (o sintoma de toda revolução verdadeira é a decuplicação ou até a centuplicação do número de pessoas aptas para a luta política pertencentes à massa trabalhadora e oprimida, antes apática), que enfraqueça o governo e torne possível seu rápido derrocamento pelos revolucionários”* (grifo e tradução nossos) LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov, *La maladie infantile du communisme (Le Gauchisme)*, Pekin, Editions en langue étrangères, 1970, parte IX, p.85.

Progressiva ou regressiva?

As mobilizações de junho de 2013 foram acéfalas. Foram, politicamente, caóticas, controvertidas, imprecisas, ambíguas, confusas. Mas tentar desqualificar o seu significado, como fizeram intelectuais próximos ao governo, com a caracterização de que seriam somente a expressão do mal estar das classes médias urbanas mais escolarizadas e hostis ao PT, ou seja, reacionárias, demonstrou-se insustentável.

É verdade que nem todas as mobilizações de massas são progressivas. O papa reuniu em julho de 2013 alguns milhões nas ruas do Rio de Janeiro, e não havia nada de progressivo no apoio ao Vaticano. Foi uma mobilização regressiva. Aqueles que se posicionaram contra as manifestações de Junho argumentaram que uma onda reacionária de classe média ameaçava a democracia. A presença de fascistas nas ruas foi o bastante para que o PT levantasse um espantinho para assustar os incautos. Esta avaliação insinuava que os milhões mobilizados respondiam a um programa de direita levantado pela oposição burguesa.⁴

O sentido dominante das Jornadas de Junho, apesar de muito tumultuoso, foi oposto. A esmagadora maioria dos cartazes se restringia aos limites de reivindicações democráticas, mas era maravilhosa: *se o povo acordar*,

4 Um aspecto interessante que a citação de Trotsky que apresentamos na sequência suscita é a polêmica, para a Inglaterra dos anos vinte do século XX, sobre as condições em que o fantasma do fascismo, ou do golpe de Estado iminente é uma arma política para disciplinar e domesticar as lutas dos trabalhadores e suas reivindicações: *“Isso é suficiente para explicar por que é completamente errado sugerir que na Inglaterra, o conflito político se dá entre a democracia e o fascismo. A era fascista começa a sério depois de uma vitória importante e, temporalmente decisiva da burguesia sobre a classe trabalhadora. Mas na Inglaterra as grandes lutas ainda não foram dadas. Como já assinalamos referindo-nos a outro tema, o próximo capítulo político da Inglaterra, após a queda do governo nacional e do conservador que provavelmente deva sucedê-lo, será, possivelmente, liberal-trabalhista. (...)*) *Condicionalmente chamamos a essa etapa kerenskismo britânico. Mas é preciso acrescentar que não necessariamente em todas as fases e em todos os países o kerenskismo será tão fraco como era o russo, que era fraco, porque o Partido Bolchevique era forte(...)* O kerenskismo combina a fraseologia (...) *“socialista” com reformas democráticas e sociais de secundária importância com a repressão da ala esquerda da classe trabalhadora. Este método é o oposto do fascismo, mas tem a mesma finalidade. A derrota do lloydgeorgismo futuro só será possível se sabemos prever a sua chegada, se não nos deixamos hipnotizar pelo fantasma do fascismo, que hoje é um perigo muito mais distante que Lloyd George e sua ferramenta do futuro, o partido trabalhista.”* (grifo e tradução nosso) TROTSKY, Leon, *“Que é uma situação revolucionária?”* in *Escritos*, Tomo II, volume 2, p. 514 (de 14/11/1931), Bogotá, Pluma, 1976.

eles não dormem! Não adianta atirar, as ideias são à prova de balas! Não é por centavos, é por direitos! Põe a tarifa na conta da Fifa! Verás que um filho teu não foge à luta! Se seu filho adoecer, leve-o ao estádio! Ô fardado, você também é explorado! Havia algum desafino, é verdade, entre o que as multidões faziam e muitos dos cartazes. Alguns cartazes, por exemplo, eram contraditórios com outros. Este desacerto é previsível.⁵ Uma pesquisa do Ibope sobre as razões da participação nas manifestações revela que a grande maioria estava nas ruas em defesa de serviços públicos e gratuitos, e contra a corrupção.⁶

Assistimos a uma desconcertante explosão de protesto e euforia. Não devemos nos preocupar com o que vimos de singelo, irreverente e até um pouco crédulo. No vendaval desta primeira onda de protestos, depois de dez anos de governos de colaboração de classes dirigidos pelo PT, era previsível uma grande confusão política. Tanto tempo de deseducação política

5 A mobilização social esteve na história, invariavelmente, à frente da consciência política. As grandes massas em luta por suas reivindicações, isto é, por uma vida melhor, têm uma compreensão muito parcial das tarefas históricas necessárias para a sua vitória: quais devem ser as mudanças *econômico-sociais*, ou seja, um programa contra o sistema capitalista. Também têm imensas dificuldades de imaginar o que seria *uma mudança política-social*, ou seja, a conquista do poder, e o exercício da política, por elas mesmas, sem a mediação das instituições do regime que desmorona. *Vivem “fora da política”, a maior parte de suas vidas, e por isso, a delegação do poder político, seja de forma coercitiva, pela usurpação violenta, seja de forma mascarada, pelo voto em alguém, é uma das forças de inércia histórica mais poderosas.* As massas, sejam elas operárias, camponesas, ou populares se colocam em movimento para derrubar o governo e o regime *sem uma idéia muito clara do que seria necessário erguer no seu lugar, sem um projeto definido de ordem social e política alternativo, e sem propostas previamente acordadas de quais mudanças realizar.* A obra “destrutiva” da revolução, surge aos olhos das multidões em luta com uma urgência e uma clareza *proporcionalmente inversa* à dificuldade de perspectiva do que seria o novo regime. Nesse sentido, também, o papel subjetivo da direção revolucionária, o sujeito político coletivo, os milhares de pequenos chefes que emergem de qualquer processo revolucionário mais profundo é decisivo. Ele pode ser qualitativo para garantir que a revolução não fique estacionada ou congelada na fase política da queda do regime, e para ajudar as massas a procurar a via da sua auto-organização e construção de organismos independentes de democracia direta, a chave para avançar para uma revolução econômico-social do tipo Outubro. Conferir em: DRAPER, Hal. *Karl Marx’s theory of revolution: The theory of the state.* New York and London, Monthly Review Press, volume I, 1978.

6 <http://especial.g1.globo.com/fantastico/pesquisa-de-opiniao-publica-sobre-os-manifestantes>. Consulta em 28/10/2013.

teriam que resultar em algum infantilismo. Tampouco devemos exagerar os episódios dramáticos de choques com quadrilhas que queriam derrubar as bandeiras vermelhas.⁷ Embora muito grave esta disputa esteve longe de ser o mais importante do que ocorreu em junho, ainda que tenha sido o mais triste.

A alegria das massas nas ruas se explica pela descoberta, surpreendente para elas mesmas, de que é possível mudar a vida, mudar o mundo, e mudarmo-nos a nós mesmos pela ação política coletiva. Por isso, a força ingênua da palavra de ordem *o povo acordou*. Ou o clássico *o povo unido jamais será vencido*.

A composição social predominantemente jovem e universitária não diminui em nada o caráter progressivo das Jornadas de Junho. Assim foram, também, durante muitos anos as manifestações de rua que, entre 1978 e 1984, saíram às ruas na fase final da luta contra a ditadura militar. Nas sociedades urbanas e industrializadas contemporâneas, a juventude universi-

7 Se em junho apareceu o que existe de mais generoso, valente e solidário no coração da juventude, apareceu, também, o que existe de ingênuo, confuso e até reacionário. Como em todos os processos históricos, quando as mobilizações são ainda policlassistas, ou seja, quando o peso social da classe operária ainda não se impôs, não foi tudo progressivo. Apareceram jovens embriagados de nacionalismo, embrulhados na bandeira nacional. Cantavam: “sou brasileiro com muito orgulho e muito amor”. O nacionalismo é uma ideologia política perigosa. Só é positivo quando defende o Brasil do imperialismo. Alguns destes jovens fizeram ainda pior. Avançaram sobre militantes de esquerda e suas bandeiras. Atacaram as bandeiras do PSOL, do PCB e do PSTU, associando toda a esquerda ao PT. Não fosse isso bastante, durante as manifestações na Avenida Paulista em São Paulo e no Rio de Janeiro de 20 de junho, as colunas de militantes da esquerda foram atacadas por grupos de indescritível boçalidade que queimaram as faixas. As bandeiras vermelhas foram perseguidas com ferocidade fascista. Dezenas de militantes foram agredidos, violentamente e, para evitar um confronto físico que poderia ter sido muito mais grave, em condições imensamente desfavoráveis, porque os agressores fascistas eram apoiados por uma parcela da manifestação que gritava “*sem partido, sem partido*”, a esquerda decidiu se retirar da manifestação. O que aconteceu foi uma tragédia. A esquerda teve que enfrentar a repressão policial nos últimos anos, incontáveis vezes, é verdade. Mas há décadas que não tínhamos que disputar o direito de marchar nas ruas contra os fascistas. A esquerda manteve a hegemonia nas ruas depois do final dos anos setenta, há trinta e cinco anos atrás. Gritar “sem violência” não é o mesmo que gritar “sem partidos”. Quando gritamos juntos “sem violência” estamos denunciando a presença de provocadores infiltrados da polícia que querem oferecer, conscientemente ou não, um pretexto para a repressão. Sobre este tema, uma leitura indispensável é a última obra de Mandel: MANDEL, Ernest, *Trotsky como alternativa*. São Paulo, Xamã, 1995.

tária foi incontáveis vezes um setor que se antecipou à entrada em cena dos trabalhadores. Quem estava nas ruas não era uma nova classe média ascendente. Era uma nova geração da classe trabalhadora mais escolarizada.⁸

As greves nacionais de 11 de Julho e 30 de Agosto

A ordem em uníssono dos maiores partidos políticos, ou seja, tanto aqueles que são o núcleo central de apoio ao governo Dilma, como da oposição de direita, foi dispersar o movimento com a repressão. Mas foram, esmagadoramente, derrotados. Os governos, todos os governos, ficaram mais fracos do que eram antes de junho. Depois da perplexidade, o governo Dilma Roussef ensaiou uma resposta mais elaborada e colocou como um desafio público ao Congresso Nacional a convocação de eleições para uma Constituinte exclusiva para realizar uma reforma política. A proposta durou menos de uma semana, bombardeada pela oposição burguesa e pelo PMDB de José Sarney, Michel Temer, Jader Barbalho e Sergio Cabral, e sabotada por uma ala do próprio PT, liderada por Candido Vaccarezza, que não agia sozinho.

O que veio se expressando a partir de junho foi uma irresistível disposição de luta. A juventude conquistou o apoio da maioria da população. A

8 Esta questão da articulação dos fatores objetivos e subjetivos é mais complicada do que pode parecer. Uma situação revolucionária exige, evidentemente, condições objetivas. Mas elas podem estar maduras há décadas, podem até ter apodrecido de tão maduras, sem que uma situação revolucionária tenha se aberto. A passagem de Deutscher, comentando Trotsky, ajuda a esclarecer esta questão: *“Detendo-se na ligação entre os fatores “constante” e “variável” demonstra que a revolução não se explica simplesmente pelo fato de estarem as instituições sociais e políticas, há longo tempo, em decadência e prontas a serem derrubadas, mas pela circunstância de que muitos milhões de pessoas perceberam tal coisa pela primeira vez. Na estrutura social, a revolução já estava madura bem antes de 1917; na mente das massas, ela só amadureceu naquele ano. Assim, paradoxalmente, a causa mais profunda da revolução está não na mobilidade da mente dos homens, mas em seu conservantismo inato. Os homens só se levantam em massa quando percebem subitamente como estão mentalmente atrasados em relação aos tempos e desejam reparar esse atraso imediatamente. É a lição que nos mostra a “História da Revolução Russa”: as grandes convulsões na sociedade seguem-se automaticamente da decadência de uma velha ordem; gerações podem viver em uma ordem decadente, sem terem consciência disso. Mas quando, sob o impacto de alguma catástrofe como a guerra ou o colapso econômico, adquirem consciência disso, há uma explosão gigantesca de desespero, esperança e atividades.”*(grifo nosso) DEUTSCHER, Isaac, *Trotsky, O Profeta Banido*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984, p.241.

centelha foi o aumento das passagens. Depois foi a luta contra a repressão da polícia, ou seja, pelo direito democrático de lutar.

Na sequência, talvez até três milhões de assalariados foram à greve em 11 de julho, e um número inferior, ainda assim, significativo no 30 de agosto, se considerarmos que o Brasil não viveu convocação à greve nacional desde 1989. Neste processo ficou claro que a “lua de mel” que beneficiou os governos do PT em Brasília durante dez anos acabou. A nova geração saiu às ruas e está exasperada. Estão realizando um aprendizado acelerado. A pedagogia da luta nas ruas é muito intensa.⁹

Na sequência o governo tentou uma nova operação política retirando da gaveta duas propostas: (a) o *Mais Médicos*, um plano inspirado no envio de milhares de médicos cubanos para a Venezuela; (b) a constituição de um

⁹ Muitos argumentaram, ecoando as análises elaboradas pelo núcleo dirigente do governo Dilma e do PT que a flutuação da situação econômica depois de Junho teria sido suficiente para encerrar a conjuntura de efervescência política. O desemprego baixo, os acordos salariais com ganhos reais, a desaceleração da inflação, a permanência de um nível alto de consumo, um pouco acima até de 2012, sinalizariam uma tendência de recuperação da estabilidade política. Este viés de análise economicista é perigoso. Um dos aspectos que preocupava, entre outros, Leon Trotsky era dissociar o conceito de situação revolucionária das velhas polêmicas sobre a inexorabilidade da “crise final”. O compromisso de educar as novas gerações marxistas em torno da experiência russa de que a situação revolucionária é um processo político e, portanto, guarda sempre uma relativa autonomia, até temporal, em relação aos processos econômicos, mesmo quando esses assumem a forma de um cataclismo: a crise econômica pode ser gravíssima, e no entanto, pode não se abrir uma situação revolucionária. A crise econômica seria *uma das condições objetivas*, mas não suficiente. O outro alerta, tão ou mais importante que o primeiro, recorda que a análise da relação de forças deve considerar qual é a situação de todas as classes da sociedade. Análises obreiristas, sejam por euforia ou por desalento, não permitem uma compreensão de qual seria a situação. Eis uma citação inspiradora: “*Para analisar uma situação (...) é necessário distinguir entre as condições econômicas e sociais de uma situação revolucionária e a situação revolucionária mesmo. As condições econômicas e sociais de uma situação revolucionária se dão, falando em geral, quando as forças produtivas de um país estão em decadência, quando diminui sistematicamente o peso do país capitalista no mercado mundial e os rendimentos das classes também se reduzem sistematicamente; quando o desemprego já não é simplesmente a consequência de uma flutuação conjuntural, mas um mal social permanente com tendência a aumentar(...). Mas não podemos esquecer que a situação revolucionária a definimos politicamente, não só sociologicamente, e aqui entra o fator subjetivo. E este não consiste somente no problema do partido do proletariado, mas é uma questão de consciência de todas as classes.*” (grifo nosso) TROTSKY, Leon, “*Que é uma situação revolucionária?*” in *Escritos*, Tomo II, volume 2, p. 513 (de 14/11/1931), Bogotá, Pluma, 1976.

fundo social para a educação e saúde com os recursos a serem recolhidos pelos royalties do Pré-sal.

Essas iniciativas permitiram ao governo um intervalo de relativa, porém, ainda não consolidada recuperação. Porque a campanha *Aonde está Amarelado?* comoveu o país inteiro. E em outubro a repressão à greve dos professores do Rio de Janeiro voltou a incendiar as ruas contra Cabral e Paes.

Uma nova situação política?

Dez anos de um governo de colaboração de classes significaram um intervalo histórico longo. A rigor, a estabilidade político social veio desde a implantação do Plano Real, da vitória de FHC nas eleições presidenciais de 1994, e da derrota da greve petroleira de 1995. Este processo não poderia deixar de ter um impacto ideológico poderoso. A inércia de dez anos de estabilidade não poderia deixar de ter uma refração na percepção da realidade.

O tempo não é uma variável irrelevante na luta de classes. Dependendo da relação de forças sociais e políticas, para resumir brutalmente o problema, ele corre a favor ou contra as massas populares. A questão do tempo necessário para as classes populares resolverem os seus impasses subjetivos é um paradoxo fascinante, mas, também, perturbador.

Na longa duração, em um sentido, o tempo corre, tendencialmente, a favor das classes trabalhadoras. Em primeiro lugar, porque na longa duração as crises econômicas cíclicas, recorrentes, demonstram a impossibilidade histórica do capitalismo resolver os impasses da civilização. O capital pode ganhar tempo, mas a sua caducidade fica evidente a cada nova crise. Apesar de todas as derrotas políticas, e mesmo considerando todas as derrotas históricas, *enquanto o sujeito social existe e luta, a última palavra ainda está por ser dada* e, nesse sentido, os combates decisivos são os que estão colocados à sua frente, e não os que ficaram para trás.

Por que o fator tempo é mais significativo quando se abre uma situação pré-revolucionária? Primeiro, porque se abre uma situação de aceleração histórica. Embora sejam flutuantes as conjunturas, seus tempos são mais breves, e os impasses políticos mais frequentes. Ou a situação evolui para revolucionária ou retrocede, e a classe dominante recupera a estabilidade das instituições. Este foi o alerta de Leon Trotsky para os franceses quando da eleição de Frente Popular em 1936:

O pensamento marxista é dialético: considera todos os fenômenos em seu desenvolvimento, em sua passagem de um estado a outro (...) A oposição absoluta entre uma situação revolucionária e uma situação não-revolucionária é um exemplo clássico do pensamento metafísico, segundo a fórmula: o que existe, existe; o que não existe, não existe, e o resto é coisa de feitiçaria. No processo histórico existem situações estáveis absolutamente não-revolucionárias. Existem ainda situações notoriamente revolucionárias. Há também situações contrarrevolucionárias (é preciso não esquecer-lo). *Mas o que existe sobretudo em nossa época de capitalismo em decomposição são situações intermediárias, transitórias: entre uma situação não-revolucionária e uma situação pré-revolucionária, entre uma situação pré-revolucionária e uma situação revolucionária... ou contra-revolucionária. São precisamente esses estados transitórios que têm uma importância decisiva do ponto de vista da estratégia política.... Uma situação revolucionária se forma pela ação recíproca de fatores objetivos e subjetivos.* Se o partido do proletariado se mostra incapaz de analisar a tempo as tendências da situação pré-revolucionária e de intervir ativamente em seu desenvolvimento, em lugar de uma situação revolucionária surgirá, inevitavelmente, uma situação contrarrevolucionária..¹⁰(grifo nosso)

Mas “a falta de tempo” não “pune” por igual todas as classes. Porque o tempo é, também, indispensável para as massas proletárias e populares amadurecerem “quem são os seus inimigos” e “quem são os seus amigos”. Nesse sentido, o tempo corre contra essa necessidade subjetiva. São os acontecimentos e a luta de partidos que permitem às amplas massas retirar conclusões.

Disto decorre um fenômeno político único: na aparência, as massas populares se fortalecem na abertura de uma situação pré-revolucionária, já que ocupam um lugar central pelo impacto e surpresa de sua mobilização, enquanto encurralam a reação burguesa. Mas, quanto mais avançam no seu combate, mais desesperadora fica a desigualdade de condições de luta pela vitória, *se não se resolve o problema da direção.* É isso por uma razão muito simples: estando os outros fatores anulados no desenvolvimento da luta, o lugar da qualidade da direção pode desequilibrar a balança. E o tema da direção remete, também, ao do papel dos trabalhadores à frente da luta de todos os oprimidos. A situação é muito diferente, e mais desfavorável, se quem está na liderança da mobilização são os setores médios, arrastando a maioria assalariada. Porque a possibilidade

10 TROTSKY, Leon. *Aonde vai a França?* São Paulo, Editora Desafio, 1994, p.70.

de manipulação da classe média por alguma fração burguesa é muito grande.¹¹

Entretanto, por maior que seja a crise política, é apropriado lembrar que a burguesia sempre tem maior facilidade de improvisar uma direção do que as classes populares. Já sabemos que a única possibilidade das ideias revolucionárias conquistarem uma importante influência sobre a maioria das massas em luta é justamente no calor de uma situação revolucionária. Logo, se ela se fecha muito rapidamente, por uma reviravolta política qualquer, e a estabilidade social e política é recuperada, o processo de radicalização política aborta, porque não houve tempo suficiente para as experiências necessárias.

11 A seguir, um extrato de um texto do início dos anos 1930, posterior à derrota da revolução chinesa. Trotsky considera, também, que à situação revolucionária corresponde uma forma excepcional e atípica de regime político que por analogia com a revolução russa, denominou de Kerenskismo. O seu principal traço definidor consistiria na necessidade da presença dos partidos reformistas com influência de massas no governo, como última tentativa e alternativa limite para conter o ascenso revolucionário de massas. No pós-guerra de 1945, entretanto, a presença dos partidos reformistas da classe operária nos governos dos países centrais, deixou de poder estar associado à definição de uma situação revolucionária. Trotsky chega a essas conclusões, não somente à luz da vitória russa, mas em função de todas as derrotas posteriores: *“A situação revolucionária só se dá quando as condições econômicas e sociais que permitem a revolução provocam mudanças bruscas na consciência da sociedade e de suas diferentes classes. Que mudanças? (a) para nossa análise temos que levar em conta as três classes sociais: a capitalista, a classe média e o proletariado. São muito diferentes as mudanças de mentalidade necessárias em cada uma destas classes; (b)(...) Mas a situação revolucionária se desenvolve só quando o proletariado começa a buscar uma saída, não sobre os trilhos da velha sociedade, mas pelo caminho da insurreição revolucionária contra a ordem existente. Esta é a condição subjetiva mas importante de uma situação revolucionária. A intensidade dos sentimentos revolucionários das massas é um dos indícios mais importantes do amadurecimento da situação revolucionária; (c) (...) e isto depende até certo ponto (embora menos na Inglaterra que nos outros países) das ideias e sentimentos políticos da classe média, de sua desconfiança em todos os partidos tradicionais (incluindo o Partido Trabalhista, que é reformista, isto é, conservador) e de que deposite suas esperanças em uma mudança radical, revolucionária, da sociedade (e não em uma mudança contrarrevolucionária, ou seja, fascista);(d) As mudanças no estado de ânimo da classe média e do proletariado correspondem e são paralelas às mudanças no estado de ânimo da classe dominante, quando esta vê que é incapaz de salvar seu sistema, perde confiança em si mesma, começa a desintegrar-se, se divide em frações e camarilhas. Não se pode saber de antemão, nem indicar com exatidão matemática, em que momento destes processos está madura a situação revolucionária.(..) As condições políticas de uma situação revolucionária se desenvolvem simultaneamente e, mais ou menos, paralelamente mas isto não significa que amadurecem todas ao mesmo tempo; este é o perigo que nos ameaça. Das condições políticas em questão, a mais imatura é o partido revolucionário do proletariado.”* (grifo e tradução nossos) TROTSKY, Leon, *“Que é uma situação revolucionária?”* in *Escritos*, Tomo II, volume 2, p. 510/11/12/13 (de 14/11/1931), Bogotá, Pluma, 1976.

A luta pela defesa do direito de levantar as bandeiras vermelhas

Que uma parcela de juventude, ingenuamente, tenha profunda repugnância pela política, que associe toda a esquerda ao PT, o PT à corrupção, e o prefeito Haddad ao aumento das passagens, embora sejam conclusões superficiais, portanto, meia verdade e meia mentira, é algo compreensível. Que grupos reacionários que estão contra o governo Dilma pela ultradireita, que odeiam a esquerda porque ela representa o projeto coletivista e igualitarista da classe operária, aproveitem da confusão de uma manifestação com muitos milhares para expressar seu ódio de classe, insuflados pelas televisões, é previsível.¹² Que alguns núcleos ultraesquerdistas ainda insistam na divisão do movimento, querendo impor pela força dos gritos sua vontade, é antidemocrático, divisionista, portanto, lamentável.

Mas o que aconteceu em São Paulo, no Rio de Janeiro e Salvador foi diferente, e muito, muito mais grave. Os confrontos em defesa das bandeiras vermelhas foram, inescapavelmente, um dos episódios que revelam a imaturidade política das jornadas de junho. Foi parecido com o Cairo, onde a Irmandade Muçulmana tentou impedir a esquerda, desde 2011, de se apresentar publicamente. As lutas são apartidárias, mas não são monolíticas, são plurais.¹³

12 Queremos mudar o mundo, mas para isso é preciso mudar as pessoas. A luta política é uma luta educativa. Somos honestos, e dizemos quem somos e pelo que lutamos. E isso não é fácil. Porque, a maior parte do tempo, defendemos ideias revolucionárias em situações políticas em que a maior parte dos trabalhadores não concorda conosco. Seria mais fácil nos adaptarmos e dizer somente aquilo que a maioria, nas fábricas e escolas, quer ouvir, porque já concordam. Queremos ser um instrumento de organização para que eles, trabalhadores e jovens, possam lutar e vencer contra o capitalismo. Não escondemos nossa identidade, não nos mascaramos atrás de siglas obscuras e mutantes, não apresentamos nossas ideias pela metade. Não queremos o apoio fácil, não queremos ser votados sem que os trabalhadores saibam em quem estão votando. Não somos oportunistas, somos honestos.

13 Os símbolos são menos importantes que as ideias. Não é uma questão de princípios levantar bandeiras em todos os atos. É uma escolha tática, portanto, em última análise, depende da relação de forças. Debaxo de uma ditadura não levantamos bandeiras, senão vamos presos. E só idiotas agem sem medir a consequência de seus atos. Mas há uma questão de princípios envolvida na polêmica sobre abaixar ou não as bandeiras vermelhas. É bom lembrar que a luta política é quase sempre assim, difícil, porque é contra a maioria. Se fossemos maioria não seria difícil. Quando estamos diante de grandes mobilizações de massas, com milhares de pessoas, em condições de liberdades democráticas, em que não seremos presos pela polícia, não é somente um direito, mas,

Marchamos todos juntos, não importa a ideologia, pelas reivindicações comuns que nos unem. Cada um abraça sua ideologia, seu programa e se quiser um partido. Mas, dentro de um movimento unitário ninguém pode impedir os outros de apresentar sua identidade, ou de expressar sua posição. O antipartidarismo, mais grave quando se dirige contra a esquerda socialista, é uma ideologia reacionária e tem nome: chama-se anticomunismo. Foi ela que envenenou o Brasil para justificar o golpe de 1964 e vinte anos de ditadura.

Perigos reais e onda reacionária imaginária

A esquerda socialista não tem porque se assombrar com a juventude nas ruas. Quem tem razões para se assustar é o governo de coalizão liderado pelo PT, e os partidos que o sustentam. E a oposição de direita, também. Porque governo e oposição de direita? Porque estes dois campos políticos são os que têm muito a perder com as mobilizações populares. Mas é verdade, também, que os confrontos em defesa do direito dos partidos de esquerda de levantarem suas bandeiras vermelhas foi uma expressão dos gigantescos limites da consciência média da juventude nas ruas.

Um deslocamento do governo Dilma Roussef pela oposição burguesa seria reacionário, mas a derrota do governo nas ruas por uma aliança social da juventude escolarizada e o movimento dos trabalhadores seria, extraordinariamente, progressiva. *Nenhuma*

também, um dever dos socialistas levantar as suas bandeiras. Muitos concordam conosco que é um direito, mas discordam que é um dever. Nossa opinião é que oportunismo não é levantar as bandeiras, mas ao contrário, escondê-las. Os revolucionários podem e devem usar os métodos conspirativos contra a polícia, os patrões, e todos os inimigos para se proteger. Em condições adversas, entramos na clandestinidade, se necessário. Mas, ainda nessas condições extremamente difíceis, com as mediações de segurança necessárias, não escondemos quem somos, e pelo que lutamos. E o fazemos porque os socialistas têm o dever de não se esconder do proletariado. O que nos faz agir assim é simples: a honestidade política nos obriga a dizer quem somos, e qual é o nosso programa. Sabemos que hoje estamos em minoria. Mas só poderemos ser maioria, um dia, quando se abrir uma situação revolucionária, se tivermos a coerência e honradez de defender o programa enquanto somos, paciente, porém, corajosamente, uma minoria. Confiamos nos trabalhadores. Até quando eles mesmos não confiam em si próprios. Sobre este tema: Lenin, *O que fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. São Paulo, Expressão Popular, 2003.

das duas hipóteses, contudo, esteve colocada na conjuntura aberta pelas mobilizações de junho de 2013.

Não se colocou, em primeiro lugar, porque as massas que protagonizaram a explosão de junho não foram às ruas para derrubar o governo, mas para pressionar todos os governos. Não se colocou, também, porque a esmagadora maioria da classe dominante não queria desestabilização. Queria a manutenção do calendário eleitoral. Não estávamos nem em Honduras, nem no Paraguai, onde foram feitos golpes de Estado. A teoria imaginária da onda reacionária tinha como objetivo encobrir o real, objetivo, indiscutível giro à direita do governo Dilma. Que elevou à enésima potência as anistias fiscais para frações burguesas, privatizou portos, aeroportos e estradas, acelerou parcerias público-privadas, e realizou o leilão do pré-sal do campo de Libra para a iniciativa privada, para tranquilizar a classe dominante com a redução do crescimento econômico, porém, sem queda do salário médio real.

As teorias conspirativas que surgiram depois de confrontos com fascistas nas ruas são paranoicas. É verdade que grupos fascistas agiram, provocativamente, nas ruas. Mas não houve nem perigo de golpe de direita, nem sequer de um movimento de massas fascista. Combater os fascistas foi, é e permanecerá sendo uma tarefa imposta pela nova situação. É porque a situação mudou com as Jornadas de Junho que os fascistas, que é bom lembrar, alimentam um movimento virtual na internet com muitas dezenas de milhares de adeptos, se sentiram motivados a ir às ruas. Não foi diferente na Grécia nos últimos cinco anos. Mas os que gritavam *sem partido* não podem ser considerados fascistas.

Duas armadilhas e três campos

Duas armadilhas estão no caminho da luta. A primeira e, de longe, a mais perigosa é o risco de que o mal estar social seja canalizado para o processo eleitoral, ou seja, por dentro das instituições do regime. Os sujeitos políticos que representam este projeto são os partidos que têm presença nos movimentos e defendem o governo. E aqueles que se posicionam como oposição, mas abraçam a mesma estratégia, sendo o mais grave o projeto de Marina Silva e seus aliados.

A segunda é a desmoralização, dispersão e divisão dos movimentos por ações ultraesquerdistas. Aqueles que se apresentam como os Black Bloks têm sido os protagonistas de iniciativas aventureiras, às vezes, diretamente, provocativas. Defendê-los contra a repressão do Estado permanece um compromisso moral com os jovens honestos, um imperativo pedagógico com os militantes de todos os movimentos, uma necessidade política das organizações sociais. Mas esta solidariedade não deve ser confundida com cumplicidade política com seu comportamento. Ao contrário, a polêmica com o ultra-esquerdismo é incontornável.¹⁴

14 A questão do ultra-esquerdismo não é um fenômeno novo. Porém, ações setárias e ultra-esquerdistas como a ação dos black bloks foram raras no Brasil. Sendo semelhantes, os dois fenômenos são, no entanto, distintos, embora possam vir associados. *O elemento em comum às duas formulações, a setária e a ultra, é a unidade metodológica que os aproxima, o ultimatismo.* Há, grosso modo, três formas clássicas de ultimatismos: o ultimatismo pode se manifestar como um desafio para ações que as massas não estão dispostas a realizar naquele momento (por exemplo ocupar um prédio, ou manter uma greve, “custe o que custar”); pode se traduzir na forma de consignas aparentemente justas, mas que as massas não sentem confiança em abraçar, pelas mais diferentes razões (como a clássica discussão sobre índices de aumento, 10% ou 50%; e finalmente pode ser um ultimatismo de organização (abandonar os sindicatos com direções moderadas). O elemento comum a todos os ultimatismos é desprezar o processo de aprendizagem sindical e parlamentar das massas e, portanto, a completa indiferença pelo seu nível de consciência. Os ultimatas não compreendem que a melhor proposta não é necessariamente a mais avançada ou mais esquerdista, mas *aquela que mobiliza as massas. A consigna mais revolucionária não é aquela “mais à esquerda”, mas aquela que coloca as massas em movimento.* Rosa Luxemburgo lutou toda a sua vida contra as pressões ultimatas. A seguir uma passagem de Trotsky sobre o tema, que voltou a se colocar com a aguda importância no início dos anos trinta na Alemanha, quando o KPD abraçou a fórmula do social-fascismo para definir a social-democracia: *“Sob a influência de Bogdanov a secretaria petemburguesa do Comitê Central bolchevique adotou em outubro de 1905 esta decisão: propor ao Soviete de Petrogrado o pedido de reconhecimento da direção do Partido, em caso contrário seria decidido abandonar-se o Soviete. O jovem advogado Krassikov, membro do Comitê Central bolchevique nessa época, lançou este ultimato à assembléia plena do Soviete. Os deputados operários, inclusive os bolcheviques, se entreolharam com espanto e passaram à ordem do dia. Ninguém deixou o Soviete. Pouco depois, Lenine chegou do estrangeiro e passou um sabão tremendo nos ultimatas. Não se pode, ensinava ele, com auxílio de ultimatos, obrigar a massa a saltar por cima das fases indispensáveis de seu próprio desenvolvimento político. Bogdanov, entretanto, não renunciara à sua metodologia e criou, depois disso, toda uma fração de “ultimatas” ou de “otzovistas”: esta última designação lhes foi dada porque eram inclinados a retirar os bolcheviques de todas as organizações que se negavam a aceitar o ultimato enviado de cima: “Reconheçam primeiro a nossa direção”. (grifo nosso) TROTSKY, Leon, *Revolução e Contra-revolução na Alemanha*, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p.164.*

Três campos, pelo menos, irão se definir, nos próximos meses. Uma parte da burguesia, representada pelo PSDB, DEM e a Rede Globo, agora reforçados pela aliança do PSB de Eduardo Campos com Marina Silva da Rede Sustentabilidade, entre outros partidos menores, vão tentar canalizar o mal estar para desgastar o governo do PT até as eleições de 2014.

Mas o que os trabalhadores denominam de esquerda está dividida em dois campos, irreconciliáveis, desde a posse do governo Lula. Em primeiro lugar está o campo daqueles que consideram que é preciso unir a esquerda para defender o governo Dilma, porque o maior perigo seria a desestabilização do governo liderado pelo PT, ou até do regime democrático. É o campo dos que consideram o governo Dilma um governo em disputa. Estão, podemos admitir, comprometidos em fazer exigências ao governo Dilma. Exigências para que Dilma abra negociações com as reivindicações das massa em luta. Exigências para que o PT no governo não capitule diante do PMDB de Michel Temer e Sérgio Cabral. Ou exigências para que o PT fora do governo não capitule aos ministros do PT que aconselham moderação a Dilma. Em resumo, estão engajados em pressionar o governo Dilma, mas não estão dispostos a romper com ele. E reafirmam que não era possível antes de junho, e continua não sendo possível, mesmo depois de milhões nas ruas, construir uma esquerda à esquerda do governo Dilma.

Em outro campo estão aqueles que compreendem que a mobilização pelas reivindicações deve avançar, tendo a prioridade de unificação com os trabalhadores. Este campo afirma que para lutar contra os os empresários do transporte urbano, os banqueiros, os fazendeiros do agro-business, a FIESP, não é possível dar trégua a nenhum governo.

A nenhum governo significa isso mesmo, a nenhum, portanto, nem a Dilma. Depois de dez anos, ficou claro que os governos liderados pelo PT em aliança com partidos burgueses estão mais comprometidos com a preservação do pagamento da dívida pública, do que com os transportes públicos, a educação e saúde públicas. Sem romper com o pagamento da dívida pública, de onde viriam as verbas para os investimentos necessários à implantação, por exemplo, do passe livre?

Nós, que nos colocamos nesta posição, queremos ajudar a juventude nas ruas a continuar ocupando as avenidas com as reivindicações que ela mesma foi forjando com sua experiência prática: conquistar o passe livre,

desmilitarização das PM's, mais verbas para educação e saúde, punição dos corruptos. E queremos agregar as reivindicações que respondem às necessidades do proletariado: o aumento dos salários e a redução da jornada de trabalho, por exemplo, ou a anulação da reforma da previdência, e a suspensão dos leilões de privatização do petróleo do pré-sal, e tantas outras.

A juventude abriu uma janela de esperança. Se olharmos bem por ela, veremos que nas fábricas e empresas de todo o país há milhões de trabalhadores que estão há muito tempo querendo acreditar que é preciso lutar. Em junho e julho ficou provado que, se lutarmos, é possível vencer.

Referências Bibliográficas

DEUTSCHER, Isaac, *Trotsky, O Profeta Banido*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

DRAPER, Hal. *Karl Marx's theory of revolution: The theory of the state*. New York and London, Monthly Review Press, 1978. (vol. I).

LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. *A Falência da Segunda Internacional*, São Paulo, Kairos, 1979.

LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. *O que fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. São Paulo, Expressão Popular, 2003.

LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov, *La maladie infantile du communisme (Le Gauchisme)*, Pekin, Editions en langue étrangères, 1970.

MANDEL, Ernest, *Trotsky como alternativa*. São Paulo, Xamã, 1995.

MORENO, Nahuel. *As Revoluções do Século XX*, Brasília, Edição da Câmara dos Deputados, 1989.

TROTSKY, Leon, *Revolução e Contra-revolução na Alemanha*, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p.164

TROTSKY, Leon, "Que é uma situação revolucionária?" in *Escritos*, Tomo II, volume 2, p. 514 (de 14/11/1931), Bogotá, Pluma, 1976.

* Valerio Arcary é Doutor em História (USP) e professor do IFSP.
<arcary@uol.com.br>

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Carlos Antônio Levi da Conceição
PRÓ-REITORA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Débora Foguel

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DIRETORA**

Mavi Pacheco Rodrigues

VICE-DIRETOR

Marcelo Braz

**DIRETORA ADJUNTA
DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Rosana Morgado

EDITORES

José María Gómez (ESS - UFRJ)

José Paulo Netto (ESS - UFRJ)

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
(ESS - UFRJ)

Myriam Lins de Barros (ESS - UFRJ)

COMISSÃO EDITORIAL

Luis Eduardo Acosta Acosta (ESS-UFRJ)

Rogério Lustosa Bastos (ESS-UFRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT, Coimbra-Portugal), Ana Elizabete Mota (UFPE-PE), Antonia Jesuíta de Lima (UFPI-PI), Berenice Couto (PUC-RS), Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-Portugal), Cibele Rizeck (USP-SP), Cleusa dos Santos (UFRJ-RJ), Consuelo Quiroga (PUC-MG), Denise Bomtempo Birche de Carvalho (UNB-DF), Edésio Fernandes (University College London - Inglaterra), Elizete Menegat (UFJF-MG), Helena Hirata (GEDISST-GNRS-França), Ivete Simionatto (UFSC-SC), José Fernando Siqueira da Silva (UNESP-SP), Júlio de Assis Simões (USP-SP), Leilah Landim (UFRJ-RJ), Liliane Capilé Charbel Novaes (UFMT-MT), Marcelo Badaró (UFF-RJ), Margarita Rosas (Universidad de La Plata-Argentina), Maria Carmelita Yasbeck (PUC-SP), Maria da Ozanira Silva e Silva (UFMA-MA), Maria das Dores Campos Machado (UFRJ-RJ), Maria Liduína de

Oliveira e Silva (UNIFESP-SP), Maria Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP), Maria Lucia Martinelli (PUC-SP), Maria Lúcia Weneck Vianna (UFRJ-RJ), Michael Lowy (EHESP-França), Monica Dimartino (Universidad de La Republica de Uruguay-Uruguai), Neli Aparecida de Mello (USP-SP), Potyara Amazoneida Pereira (UnB-DF), Ricardo Antunes (UNICAMP-SP), Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ), Salviana Pastor Santos Sousa (UFMA-MA), Sérgio Adorno (USP-SP), Sueli Bulhões da Silva (PUC-RJ), Sulamit Ramon (London School of Economics-Inglaterra), Valéria Forti (UERJ-RJ), Vera da Silva Telles (USP-SP), Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA), Vicente de Paula Faleiros (UnB-DF).

ASSESSORIA TÉCNICA

Fábio Marinho

Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Maria de Fátima Migliari

PESQUISA DE IMAGENS

Márcia Rocha

**DESIGN EDITORIAL
E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

WEB DESIGN

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
praiavermelha.ess.ufrj.br

Foto de Capa: Manfred Brückels